

# RETORNAR AO FIM DO IMPÉRIO: FAZER A MEMÓRIA DE UMA HERANÇA ILEGÍTIMA

Elsa Peralta<sup>1</sup>

## RESUMO

Os anos de 1974 e 1975 em Portugal foram anos de mudança e de esperança por uma nova era democrática. Mas foram também os anos em que os portugueses tiveram de se confrontar com os pesados legados do seu colonialismo. Volvidos mais de 40 anos, os “legados negros” do fim do império português continuam a ser um campo memorial repleto de fraturas, traumas e silêncios. A partir da experiência de curadoria da exposição Retornar – Traços de Memória, este texto pretende explorar questões teóricas, metodológicas, epistemológicas e ideológicas relacionadas com a construção de memórias de heranças ilegítimas, nomeadamente do colonialismo português.

## PALAVRAS-CHAVE

Heranças ilegítimas; Portugal; colonialismo; “Retorno”; exposição Retornar – Traços de Memória

## ABSTRACT

1974 and 1975 in Portugal were years of change and hope for a new democratic era. But were also the years in which the Portuguese had to confront the heavy legacies of their colonialism. After more than 40 years, the “dark legacies” of the end of the Portuguese empire remain a memorial field fraught with fractures, traumas and silences. From the curatorial experience of the exhibition Retornar - Traços de Memória, this paper intends to explore the theoretical, methodological, epistemological and ideological issues related to the construction of memories of illegitimate inheritances, in particular of Portuguese colonialism.

## KEY-WORDS

Illegitimate heritage; Portugal; colonialism; “Return”; exhibition Retornar - Traços de Memória.

<sup>1</sup> Centro de Estudos Comparatistas – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, [elsa.peralta@campus.ul.pt](mailto:elsa.peralta@campus.ul.pt)

## Introdução

Como nos tem dado em evidência a ampla literatura sobre o tema, as heranças do passado são componentes centrais na construção das identidades coletivas, sejam estas de âmbito nacional, local, ou outras, fornecendo narrativas expressivas ao serviço de uma determinada comunidade assim imaginada de acordo com uma origem e um destino comuns. A celebração da história coletiva, dos seus feitos, triunfos, glórias e heróis, e a sua materialização e publicitação através de museus, monumentos, estatuária e outras formas de cultura pública, é, portanto, o modo dominante de legitimar as construções identitárias, seguindo o padrão consolidado pelos processos modernos de construção das nações (e.g. Anderson, 1983; Handler & Gable, 1997).

Não é de admirar, por isso, que os episódios ou eventos históricos que não se enquadram nas grandes narrativas de celebração e orgulho coletivo sejam expurgados do espaço público, coercivamente silenciados, ou então simplesmente ignorados. Através de um acordo tácito, socialmente estabelecido, capaz inclusivamente de vincular percursos sociais altamente assimétricos, estabelecem-se por vezes “conspirações de silêncio” (Zerubavel, 2006), calando os traumas do passado e mascarando a culpa, o ressentimento, o medo e a vergonha que estão por detrás do que não é mostrado. São “heranças difíceis” como as designou Sharon Macdonald (2009), “heranças dissonantes”, na terminologia de Tunbridge e Ashworth (1996), de guerras e massacres, de histórias de abuso, exploração e jugo que, tantas vezes oferecendo datas heroicas e heróis à história, envergonham os homens e mancham o orgulho no seu destino coletivo. Estas heranças são tanto mais problemáticas quanto maior for a sua capacidade de destabilizar ou desestruturar narrativas estabelecidas e indisputadas sobre a identidade coletiva, trazendo à superfície as suas ambiguidades, os seus pontos cegos e os seus buracos negros.

As heranças do colonialismo são particularmente expressivas a este propósito. Sendo parte integrante da construção dos estados-nação europeus, os projetos coloniais europeus serviram como fontes incontestáveis de orgulho nacional para os países colonizadores, assim imaginados através das suas extensões imperiais. Mas esta é também uma história de exploração do homem pelo homem, de violência racial e de género, de massacres e de deslocamentos populacionais, de escravatura, de guerra. Não se enquadrando nas narrativas épicas de conquista, heroísmo e expansão que traçam o devir das nações colonizadoras, são heranças atiradas para debaixo do tapete da grande história nacional-imperial, empurradas para as caves poeirentas dos museus ou omitidas dos livros de história, na tentativa de expurgar as suas embaraçosas conotações com o colonial.

Apenas recentemente, e seguindo a tendência verificada a partir dos anos 1990 de reconhecimento público e musealização de legados problemáticos (e.g. Williams, 2007), é que as antigas nações coloniais europeias têm vindo a abordar as heranças difíceis dos respetivos colonialismos no espaço público. A instauração da “era do Holocausto” como forma memorial paradigmática do século XX, junto com impacto da teoria pós-colonial e feminista produzida nos últimos 50 anos, a partir da influência dos trabalhos seminais de Fanon, Said ou Foucault, têm contribuído para uma progressiva abertura de um campo crítico relativo à forma representacional dominante da experiência colonial europeia, assim contribuindo para o reconhecimento público dos males do colonialismo.

Na Bélgica, por exemplo, o Royal Museum of Central Africa tem concebido exposições que abordam os horrores da história colonial do país. Enquanto na Holanda, na França, e na Grã-Bretanha, vários museus têm patenteado exposições sobre o tema da escravidão e do tráfico negreiro. Estas são, contudo, experiências hesitantes e não generalizáveis, nas mais das vezes irreconciliáveis com o sentido da consciência histórica dominante nestes países e incapazes de instaurar um questionamento de fundo sobre os legados da experiência colonial no seio da Europa (De L'Estoile, 2008).

Em Portugal, pelo facto de as formulações da identidade nacional estarem tão fortemente associadas à história imperial portuguesa, os males do colonialismo são praticamente invisíveis do espaço público. Com efeito, por via das práticas discursivas reproduzidas pelo aparelho ideológico de estado por muitas décadas e vários regimes, o adjetivo “colonial” foi praticamente expurgado do espaço público português, omitido na designação de ministérios, instituições ou museus e substituído semanticamente por nomeações mais edificantes e inócuas como “ultramarino” ou “imperial” (Peralta, 2011)<sup>2</sup>. Hoje, nos palcos da memória patrocinados pelas instâncias oficiais, na escola, em exposições, em ocasiões de estado ou na esfera mediática, em concursos televisivos, na música, e por vezes na literatura, o império mantém-se indisputável fonte de orgulho coletivo, concebendo a identidade nacional portuguesa à luz de um quadro idílico de trocas interculturais e de diálogos civilizacionais estabelecidos por via das extensões imperiais da nação (Peralta, 2013). Salvo em raras exceções, as mais das vezes originárias do campo artístico<sup>3</sup>, a memória pública associada ao império colonial português é francamente celebratória e apologética.

A invisibilidade dos “legados negros” do colonialismo português no espaço público, mormente da participação contínua de Portugal no tráfico negreiro ao longo de quase toda a sua história imperial, denota não apenas a ausência de uma consciência histórica relativamente às consequências nefastas do colonialismo para as populações colonizadas, mas também um alheamento quanto às suas consequências para as próprias populações da metrópole colonizadora. Com efeito, até muito recentemente tem sido notória a desatenção aos aspetos mais problemáticos da história do império para a própria metrópole colonizadora, nomeadamente os associados ao seu fim, como a guerra colonial e o súbito repatriamento de centenas de milhares de colonos quando as colónias portuguesas em África se tornam independentes. Dos discursos políticos, às agendas das instituições culturais até às banais aceções do senso-comum, Portugal continua a imaginar-se enquanto império – se não um império de facto, um império enquanto imagem (Lourenço, 1978:43) –, imaginação essa na qual a guerra e o “retorno”<sup>4</sup> continuam sem lugar de inscrição.

Tomando nota deste alheamento relativamente aos “legados negros” do fim do colonialismo português, e acompanhando a tendência recente de abertura de um campo memorial em Portugal sobre a guerra colonial e o “retorno” dos colonos, a exposição Retornar – Traços de Memória, com minha curadoria e da qual fui comissária científica, teve a intenção de inscrever o tema específico do “retorno” no espaço público político, onde ainda não tinha sido inscrito<sup>5</sup>.

2 Esta operação semântica acontece num contexto internacional de crescente anticolonialismo, com a Constituição de 1951 a revogar o Acto Colonial e a fazer desaparecer o conceito de “colónias”, que passam a designar-se “províncias ultramarinas”, assim tornando Portugal numa nação pluri-continental.

3 Como os casos dos trabalhos dos artistas plásticos Vasco Araújo e Ângela Ferreira.

4 As palavras “retornado” e “retorno” serão colocadas ao longo deste texto sempre entre aspas, para sublinhar o seu carácter normativo e o seu entendimento conflitual no campo social.

5 Sobre esta exposição ver o Catálogo Retornar – Traços de Memória. Lisboa: EGEAC, 2016.

Após uma breve apresentação sobre o que consistiu o evento histórico do “retorno” e sobre as formas como este evento tem sido lembrado e esquecido na sociedade portuguesa, este texto pretende explorar questões teóricas, metodológicas, epistemológicas e ideológicas relacionadas à experiência de curadoria desta exposição e à construção de memórias sobre heranças ilegítimas, nomeadamente do colonialismo português. Como fazer memória de uma experiência histórica ilegítima, com base em imagens e testemunhos tidos por ilegítimos? Como expor o sofrimento humano de quem está do lado dos perpetradores e não das vítimas? Como evitar leituras nostálgicas ou desculpabilizantes? Como inscrever um passado historicamente ilegítimo numa memória pós-colonial responsável e crítica, que seja simultaneamente neutra em relação à validade da experiência vivida e ideologicamente comprometida em relação à História? Que ordem e que futuro se cria para as pessoas envolvidas, para a sociedade portuguesa como um todo, ou mesmo para a Episteme pós-colonial? Estas são algumas das questões que então colocámos e que continuamos hoje a colocar, e que estão na base das formulações conceptuais que procuramos debatemos neste texto.

### O “Retorno”

Enquanto acontecimento histórico, o “retorno” corresponde ao movimento migratório despoletado pela descolonização portuguesa dos territórios africanos sob sua administração<sup>6</sup>. O derrube do Estado Novo com o 25 de Abril de 1974, e o fim das guerras de libertação travadas durante 13 anos em Angola, na Guiné-Bissau e em Moçambique, abriu o caminho para a independência das colónias africanas, que se sucedem ao longo de 1975, e para a descolonização dos territórios africanos<sup>7</sup>. As populações coloniais recebem a notícia do fim do regime político que sustentava o projeto colonial com perplexidade, aparentemente indiferentes ou ignorantes aos sinais que há muito pronunciavam o fim do terceiro império português. O futuro das colónias não era então ainda claro, e entre soluções políticas ensaiadas pelo novo regime situadas entre o “federalismo” e a “independência”, parecia haver um consenso em torno da ideia da possibilidade da permanência das populações brancas nos novos países independentes. Este consenso parecia, contudo, não conseguir anular os efeitos de perturbação causados pelo clima de tensão que se instala e pela recusa dos movimentos de libertação em deporem as armas (Góis, 2017).

As populações colonas reagem de forma diversificada a esta tensão, tal como diversificados foram os seus perfis migratórios ou eram as suas trajetórias sociais (Castelo, 2007). Os de migração mais antiga, quebrados os laços familiares e sociais com a metrópole, limitaram-se a ficar no mesmo lugar, quando muito tendo desenhado planos de novas migrações para a América ou para o Brasil. Os de migração mais recente foram fabricando caixotes de madeira onde enfiar os ganhos acumulados de uma, duas, três décadas de trabalho e de vida nas colónias, esperando até à última para ver se a situação se compunha, enquanto avisavam os familiares na aldeia fria de Portugal de onde tinham saído décadas antes para que fizessem os arranjos para uma possível vinda. Os mais avisados transferem capitais e investimentos enquanto é tempo. Outros enviam a mulher e os filhos para a metrópole até as coisas acalmarem. Ou compram passagens de avião prevenindo uma vinda aquietada. Na sua grande parte, po-

6 Para um desenvolvimento deste assunto ver Peralta, Góis & Oliveira, 2017.

7 Para um desenvolvimento deste assunto ver Rosas, Machaqueiro & Oliveira, 2015.

rém, é apenas quando se dá o colapso da ordem pública, e quando a violência se torna arbitrária, que encaram a saída como inevitável.

De Moçambique, as vagas mais intensas aconteceram logo no final do Verão de 1974, depois do Acordo de Lusaka e da insurreição colona de 7 Setembro desse ano e a onda de violência que se lhe seguiu. Mas é de Angola que vem a grande vaga migratória, que acontece apenas a partir de meados de 1975, quando as lutas pelo poder entre os três movimentos de libertação angolanos (FNLA, MPLA e UNITA) criam um cenário de violência generalizado e um clima de pânico que empurra milhares de colonos para a fuga. Através de uma ponte aérea que envolveu o exército e a aviação civil portuguesas, com o apoio da aviação americana, russa, britânica, belga e alemã, 260.000 indivíduos foram evacuados de Angola, entre meados de Julho e Novembro de 1975. Durante o pico da ponte aérea, uma média de 7.000 pessoas chegava ao aeroporto de Lisboa todos os dias (Kalter, 2017).

Como resultado da descolonização, estima-se que entre 500.000 e 800.000 colonos tenham abandonado a sua residência em África. Na sua maior parte, estas populações estabelecem-se em Portugal, fazendo uso de laços familiares ainda não quebrados para prover ao acolhimento na antiga metrópole (Pires, 1984). Muitas pessoas, sobretudo as que vieram na ponte aérea, chegam destituídas, fugidas do pânico que subitamente se instala, com a roupa que trazem no corpo, deixando para trás todos os seus bens materiais, e com os bolsos cheios de “dinheiro macaco”, dinheiro que nada valia na metrópole. À chegada são encaminhados para casas de familiares, para hotéis, pensões, cadeias, parques de campismo, ou qualquer outro pedaço de chão que pudesse servir de alojamento aos muitos milhares que todos os dias chegavam, lançados para um recomeço de vida com um subsídio de acolhimento mínimo providenciado pelo estado. Mas outras possibilidades se delinearam. Uns rumam diretamente à África do Sul, à Rodésia ou à Namíbia. Outros seguem as rotas da emigração portuguesa, como os Estados Unidos, o Canadá, ou países da América do Sul, especialmente o Brasil.

Desse tempo ficou a memória das chegadas no ano de 1975, as imagens noticiosas de crianças e adultos acampados nas instalações do aeroporto, dormindo em bancos ou no chão, à espera da chegada da sua bagagem. Mas por maior consternação que tais imagens possam ter causado, no conturbado período pós-revolução, a chegada repentina destas populações foi recebida com hostilidade e ressentimento. Afinal, eram eles os colonialistas exploradores dos negros e eram esses colonialistas aqueles por cujos privilégios os portugueses metropolitanos foram forçados a entregar a vida dos filhos nas guerras coloniais. Além disso, num país pobre com um estado fraco, muitos eram vistos como concorrentes num mercado de habitação e de trabalho já muito escasso, ao mesmo tempo que os portugueses metropolitanos se sentiam ultrajados com o facto de estes migrantes terem acesso a apoios especiais por parte do estado, serem alojados em hotéis de cinco estrelas, ou terem acessos preferenciais ao mercado de trabalho.

Oficialmente, bem como coloquialmente, foram chamados “retornados”, a partir da criação pelo estado português, em 1975, do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN), instituído para dar apoio à integração desta população<sup>8</sup>. Um nome que muitas vezes adquiriu uma conotação pejorativa, rapi-

8 O IARN foi criado em 1975 pelo Decreto-Lei n.º 169/75 de 31 de Março para responder ao súbito e massivo afluxo de retornados que chegavam das ex-colónias, tendo sido extinto em 1981 pelo Decreto-Lei n.º 97/81, de 2 de Maio. A história do IARN e da sua atuação durante esses anos está ainda largamente





Imagem 1: Lisboa, caixotes contendo as bagagens de retomados das ex-colónias. s/d. SNI – Arquivo Fotográfico. Imagem cedida pelo ANTT.

damente se tornando um estigma, identificando parte da população nacional como conivente com (e beneficiária da) doutrina do salazarismo e do colonialismo. Muitos rejeitam a classificação, considerando-a ofensiva e depreciativa. Em alternativa, preferem autoapresentar-se como “refugiados”, isto é, como vítimas de uma migração forçada e traumatizante, resultado do processo de descolonização desastroso (assim o entendem) conduzido pelas forças revolucionárias que então lideravam os destinos do país, embora a lei não lhes tenha concedido esse estatuto<sup>9</sup>.

No seio destas populações desenham-se quadros de vidas díspares, ainda que em todos os casos sejam vidas integradas num sistema político, económico e social profundamente desigual. Esta é, com efeito, uma população heterogênea. De diferentes classes, fenótipos, géneros e idades, com ligações mais fortes ou mais ténues à realidade portuguesa e com diferentes graus de participação no sistema colonial. Alguns pertenciam a uma vaga de colonização antiga, chegados a África no quadro dos projetos de colonização oficial de Angola de finais do século XIX. Outros formavam um contingente populacional muito mais numeroso envolvido nas migrações do pós-II Grande Guerra (Castelo, 2007). Além disso, enquanto os indivíduos brancos constituíam a maioria dos “retornados”, também houve um número significativo de negros, mestiços ou pessoas de origem indiana.

Seja pela força das circunstâncias políticas do país ou seja pelas urgências da integração e da sobrevivência, esta população não revelou força de agre-

por fazer.

9 O representante do ACNUR em Portugal e o governo português entenderam na altura que esses migrantes não atravessaram uma fronteira internacional, mas movimentavam-se dentro de um espaço imperial em declínio como cidadãos do país de destino e, portanto, não podiam ser considerados refugiados nos termos da Convenção dos Refugiados de 1951 (Kalter, 2017).

miação suficiente para se constituir como uma força de reivindicação política formalizada ou como um movimento de afirmação de uma identidade distintiva, ao contrário do que se notou com outras populações em circunstâncias semelhantes, notadamente com os *Pieds-noirs* em França<sup>10</sup>. Em poucos anos, a sua existência torna-se praticamente invisível, dir-se-ia que como se tendo diluído na sociedade de acolhimento de forma perfeita. Desta feita, o caso dos “retornados” é lembrado, por políticos e pela comunicação social, como um caso de integração exemplar<sup>11</sup>, a qual se ficaria a dever a um conjunto de fatores relacionados: a atuação do estado português, a generosidade da população portuguesa no acolhimento e, ainda mais, a própria capacidade de iniciativa e de luta do conjunto de portugueses que regressaram.

### A memória e o esquecimento do “Retorno”

Independentemente do que o senso-comum diz sobre a integração socioeconómica relativamente bem-sucedida destas populações – embora este “sucesso” esteja ainda largamente por estudar – a descolonização fundou uma fratura identitária na sociedade portuguesa. Esta fratura resulta da difícil acomodação do evento do “retorno” nas duas grandes narrativas que projetam a identidade nacional portuguesa hoje. Por um lado, a narrativa do “império” e das “descobertas”: uma narrativa que continua a marcar os discursos políticos, as agendas das instituições culturais, a consciência histórica nacional e as banais aceções do senso comum, no seio da qual Portugal continua a ser imaginado como um império de 500 anos e está fortemente enraizada a ideia da bondade inata do projeto imperial português. Por outro, a narrativa da “revolução dos cravos” da herança democrática e de viragem para a Europa, que libertou o país do jugo do ditador e salvou os povos colonizados da chibata do colonizador, mas que lida mal com o reconhecimento das feridas deixadas pela descolonização. Os assim nomeados “retornados” desestabilizam ambas as narrativas, trazendo colada à pele a mácula de uma herança ilegítima, bastarda, colocada fora do discurso da história e, pelo tanto, fora da ordem social.

Esse português que “retornou” é alguém que teve de se ocultar em função da força e da necessidade de integração. Não se trata de silenciamento, porque nada foi verdadeiramente silenciado, não do ponto de vista dos processos coercivos de silenciamento. Também não se trata de amnésia. As pessoas – na sua condição física, emocional, mental, moral e social de pessoa – lembram-se. Trata-se de ilegitimidade, de uma forma de exceção (Agamben, 1998), nem dentro nem fora do sistema, excluída, mas por ele regulada, carregando fantasmas que dramatizam identidades párias e assombram uma subjetividade dividida. O lugar que habitam é um lugar sem fala e sem discurso, um lugar calado pela vergonha da história do colonialismo e da sua barbárie. Um lugar que não pode ser dito pela ausência de palavras – de discurso – e pelo risco do dito “ser incompreensível, tido por insensato, inimaginável” (Didi-Huberman, 2012:19).

Talvez seja por isso que a história do “retorno” está ainda largamente por fazer. Para além de assinaláveis exceções, como o trabalho de Rui Pena Pires, de 1984, no qual se traça uma sociografia dos “retornados”, e de alguma produção académica oriunda da academia estrangeira (e.g. Lubkemann, 2002 e 2005), são quase nenhuns os estudos sistemáticos que aprofundem as muitas dimensões

<sup>10</sup> Sobre este assunto ver Savarese, 2006.

<sup>11</sup> A título de exemplo, refira-se a reportagem assinada por São José Almeida no Jornal Público com o título “Retornados: Uma história de sucesso por contar”, Público, 20/04/2014.

que compõem a complexidade do fenómeno. No mesmo sentido, até há muito pouco tempo, o “retorno” foi um não-evento na memória coletiva nacional portuguesa. Do tempo do “retorno” e dos “retornados” restam apenas as memórias imprecisas dos caixotes de madeira estacionados à beira do rio Tejo à espera de uma reclamação de propriedade por parte dos seus depositários. São lembranças que se esvaem com o passar do tempo e das gerações, e eventualmente apagadas da lembrança como traço. Neste contexto, os acontecimentos que marcaram o fim do domínio colonial português, a guerra e o êxodo africano, são, usando a terminologia de José Gil, “não-inscritos” no espaço público – memorial e imagético – nacional (Gil, 2005). Dizemos que são não-inscritos assinalando, precisamente, essa não inscrição como um ato de omissão, uma falta. Trata-se, assim, de acontecimentos que não aconteceram, desaparecendo, citando de novo José Gil, pelo “buraco negro que suga o espaço público” (Gil, 2007).

Um campo memorial tem vindo, porém, a abrir-se paulatinamente, sobretudo a partir dos anos 2000, para os “legados negros” que marcaram o fim do império português – a guerra e o “retorno”. No que se refere especificamente ao “retorno”, esta articulação faz-se fértil, primeiramente, no terreno da nostalgia pós-colonial, pela mão daqueles que, geralmente através de autobiografias ficcionadas ou romances testemunhais, memorializam o passado colonial como um “sonho dourado”.<sup>12</sup> Contudo, o verdadeiro desvendamento do “drama” dos “retornados” acontece através de atos memoriais expressivos tais como o livro autobiográfico de Isabela Figueiredo, *Caderno de Memórias Coloniais* (2009), o romance *O Retorno*, de Dulce Maria Cardoso (2011), a série televisiva *E depois do Adeus*<sup>13</sup>, e ainda o filme *Tabu*, de Miguel Gomes<sup>14</sup>, os quais fizeram brotar de um corpo de desejo e de repressão, a melancolia da perda pós-colonial, inscrevendo definitivamente o tema do “retorno” no campo da cultura memorial pós-colonial portuguesa.

## A Exposição Retornar

Seguindo a abertura deste campo memorial, a exposição *Retornar – Traços de Memória*, da qual fui comissária científica e curadora, contando com a co-curadoria de Joana Gonçalo Oliveira, aproveitou a efeméride dos 40 anos da ponte aérea de 1975 para assinalar o “retorno” de nacionais à antiga metrópole durante os processos de descolonização e se propor a discutir as condições e as implicações deste evento na sociedade portuguesa.

Partindo de uma investigação em curso financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia sobre as narrativas testemunhais dos ditos “retornados”<sup>15</sup>, e realizada no âmbito do programa cultural da Câmara Municipal de Lisboa e produzida pela EGEAC, a exposição esteve patente em Lisboa, entre Novembro de 2015 e Fevereiro de 2016, na Galeria Avenida da Índia, em Belém. Na sua estrutura fundamental, a exposição constituiu um arquivo de testemunhos, objetos e imagens, organizado em quatro núcleos principais: “Arquivo”; “Atlas”;

<sup>12</sup> Por exemplo o livro *Os Retornados: Um Amor Nunca se Esquece*, de Júlio Magalhães, publicado em 2008.

<sup>13</sup> Série televisiva produzida pela RTP que retrata Portugal no rescaldo do 25 de abril a partir da saga da família Mendonça, uma família de “retornados” de Angola. Ver mais em <http://www.rtp.pt/programa/tv/p28774#sthash.1VjX1vPI.dpuf>.

<sup>14</sup> Ver em <http://www.osomeafuria.com/films/3/35/>

<sup>15</sup> Projeto Exploratório “Narratives of loss, war and trauma: Portuguese cultural memory and the end of empire” (IF/01530/2014) associado ao Programa Investigador FCT.



“Alheava\_para Depósito”; e “Testemunho”.

O primeiro núcleo, a que chamámos propriamente “Arquivo”, oferece uma contextualização do evento do “retorno”, colocando o sujeito histórico no seu tempo social e político. Elaborado por uma equipa científica constituída por mim própria e por Cláudia Castelo, Maria José Lobo Antunes, Bruno Góis e Joana Gonçalo Oliveira, este núcleo propõe um interrogatório sobre as condições históricas, políticas e sociais que acompanharam as migrações entre metrópole e colónias africanas, desde o século XIX até ao tempo da descolonização e aos deslocamentos populacionais consequentes. Este interrogatório estende-se a uma descrição crítica da população portuguesa “retornada”, bem como do ca-



Imagem 2: Pormenor de módulo de gavetas do núcleo “Arquivo”.

rácter babélico da operação de acolhimento e integração e da complexa relação entre o Estado e os indivíduos e as instituições. Com a intenção deliberada de mostrar os processos de construção de memória arquivística, este núcleo dramatiza no espaço expositivo a própria ideia do arquivo através de uma estrutura expositiva especialmente criada para o efeito. Em módulos com gavetas empilhadas que mimetizam o arquivo clássico, são justapostos fragmentos documentais, alternando documentos biográficos com documentos históricos e informativos, num projeto aberto suscetível de múltiplas combinações que convida ao manuseamento e à descoberta por parte do visitante.

No segundo núcleo, “Atlas”, Joana Gonçalo Oliveira concebe uma peça expositiva composta por 56 molduras onde são expostas centenas de fotografias pessoais e amadoras cedidas por ex-colonos participantes na pesquisa em curso, as quais são por vezes intencionalmente misturadas com fotografias de arquivos públicos. Enquadrado na tradição da colagem e apropriação na linha de Aby Warburg, em “Atlas” imagens de vivências do quotidiano em África, de exploração e violência coloniais, e de guerra são apresentadas sem legenda ou contexto, assim fragmentando o sentido de temporalidade, linearidade ou causalidade histórica. Aqui temos um arquivo que se foca na negação da ideia de



Imagem 3. Moldura da composição “Atlas” de Joana Gonçalo Oliveira.



Imagem 4: “Alheava\_Para Depósito” de Manuel Santos Maia.

arquivo em si, dada a falta de limites temporais ou fronteiras geográficas, feito de “traços que deixam traços” do passado. Deslocando a atenção do tempo histórico linear, a exploração desta memória faz-se assim a partir da evidência da fotografia naquilo que ela conserva do passado e transmite nos seus efeitos para um presente.

Em “Alheava\_Para Depósito”, o terceiro núcleo da exposição, constitui-se um arquivo de objetos a partir de uma peça criada pelo artista plástico Manuel Santos Maia ao longo do seu percurso enquanto autor e que foi recuperada para ser parte integrante da exposição. A partir da sua própria herança familiar e do seu percurso biográfico, o artista presentificou os legados coloniais através de uma vasta panóplia de objetos, tais como fotografias, filmes, álbuns familiares, selos, documentos ou livros escolares, para reclamar a necessidade de não esquecer. Tais objetos são dispostos aparentemente de forma arbitrária na área a eles destinada no espaço expositivo, intencionalmente evitando esquemas classificativos rígidos e privilegiando arrumações próprias de espaços familiares, e assim dramatizando o valor da prova material do passado no presente.

O quarto e último núcleo, “Testemunho”, pretende ser um movimento imersivo na memória pessoal. Tendo por base o trabalho etnográfico que venho realizando junto deste universo populacional, este núcleo mostra doze fotografias de rostos testemunhais da autoria de Bruno Simões Castanheira, as quais vivem acompanhados pela audição da voz própria das pessoas retratadas. Exposto num espaço delimitado e intimista, “Testemunho” cria assim um cenário para sustentar a presença do passado, incitando os participantes a compreender a experiência histórica enquanto experiência pessoal, emocional e sensorial. Sem que sejam dadas pistas que permitam fazer a correspondência entre as muitas vozes que se ouvem e as faces que nos olham, os trechos audíveis produzem novas significações, a partir de um vasto leque de possíveis variações. São enfatizadas as contradições, procurando dar conta das muitas complexidades que fazem a experiência humana, e assim criar um momento de disponibilidade, para olhar e ouvir, em diferentes ângulos, o dilema ético da voz e do silêncio e aí



Imagem 5: “Testemunho” com fotografia de Bruno Simões Castanheira.



reconhecer o valor da perda e do sofrimento, bem como o poder da redenção e a capacidade de ação.

Para além da exposição patente na Galeia Avenida da Índia, a mostra contou ainda com uma instalação de grandes dimensões, com contentores empilhados colocados ao lado do simbólico Padrão dos Descobrimentos, em Lisboa, nos quais é estilizada a fotografia icónica de Alfredo Cunha, com os caixotes de madeira junto ao rio Tejo, no preciso lugar em que a original foi tirada 40 anos antes. No interior dos contentores vazios, apenas frases, sem legendas, de

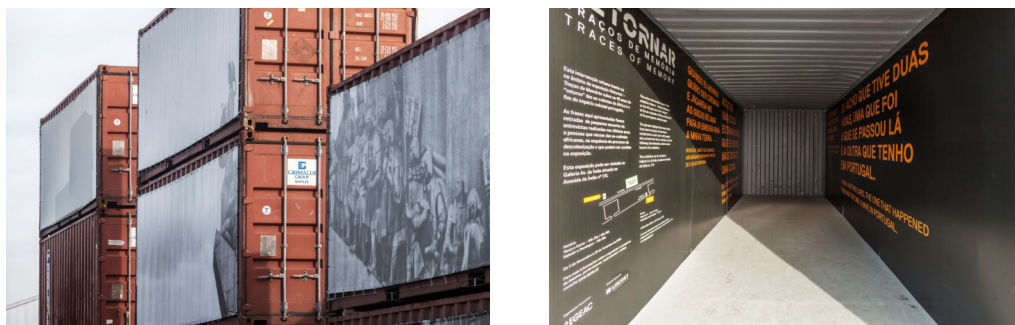


Imagem 6: Pormenores da instalação urbana junto ao Padrão dos Descobrimentos.

fantasmas à solta, tiradas da fala dos testemunhos audíveis na exposição, criando um espaço de expressão do paradoxo, da contradição, e da fragmentação.

Finalmente, a exposição incluiu ainda uma programação paralela que contou com momentos de literatura, teatro, visitas e debates, com vista a inscrever em lugar próprio um debate plural, amplo e livre, feito de vozes díspares, sobre a dimensão afetiva e simbólica do fim do império português e sobre a escala humana das experiências de deslocação e desapossamento que acompanharam esse fim<sup>16</sup>.

## Conceitos Expositivos

A exposição Retornar – Traços de Memória foi concebida a partir de um conjunto de conceitos de base, os quais, embora servindo os processos curatoriais que se tinha em mãos, ressoavam das propostas teóricas, metodológicas e epistemológicas enunciadas pela investigação em curso que está na origem desta proposta expositiva. Nas páginas que se seguem, serão apresentados e debatidos tais conceitos e propostas a partir da experiência de curadoria da exposição Retornar. Serão também discutidos os processos de construção memorial bem como as questões implicadas na inscrição de “heranças difíceis” no espaço público.

## Um Arquivo de Fragmentos

A âncora de todo o projeto expositivo de Retornar – Traços de Memória foi a ideia de arquivo. Para isso foi preciso pensar o próprio conceito de arquivo. Classicamente o arquivo tem uma clara função política e social já que, estando investido de um pretensão acesso a “verdades”, é uma importante ferramenta estratégica de construção de memória e de legitimação de projetos de futuro.

<sup>16</sup> A programação paralela contou com diversos participantes, tais como os atores/encenadores Mónica Calle, Joana Craveiro, Beatriz Batarda e André Amálio, as escritoras Dulce Maria Cardoso e Isabela Figueiredo, académicos como Miguel Vale de Almeida e Diogo Ramada Curto, artistas visuais como Ângela Ferreira e Vasco Araújo e jornalistas como Diana Andringa, Helena Matos e Pedro Santos Guerreiro, entre vários outros.

Na verdade, como diz Jacques Derrida em seu ensaio *Archive Fever*, “Não há poder político sem o controle do arquivo ou mesmo da memória” (Derrida, 1995 [2001]:15). A partir do momento em que há arquivamento, há um “mandamento de verdade”. Ou, dito de outro modo, a partir do momento em que se constitui um arquivo histórico, o passado, antes remetido a uma existência “selvagem”, porque não classificado ou sistematizado em conhecimento legível, é “inscrito” no espaço público enquanto memória. O arquivo constitui-se assim pelo exercício de um poder eminentemente político que se exerce como poder de legitimação. Arkhê, diz Derrida, (1995[2001]:15),

nomeia de uma só vez o começo e o comando. Este nome coordena aparentemente dois princípios num só: o princípio segundo a natureza ou segundo a história, ali onde as coisas começam – princípio físico, histórico ou ontológico –, mas também o princípio segundo a lei, ali onde homens e deuses comandam, ali onde se exerce a autoridade, a ordem social, nesse lugar a partir do qual a ordem é dada – princípio nomológico.

Constituir um arquivo para o evento do “retorno”, e inscrevê-lo no espaço público nacional, é, seguindo a leitura de Derrida acima transcrita, “legislar” sobre este passado, e assim conferir-se legitimidade. É, em suma, tornar o “retorno” num acontecimento. Não quer isto dizer que o nosso propósito tenha sido o de fazer uma exposição sobre a história do “retorno”. Com efeito, o nosso objetivo primeiro foi o de fazer a sua memória: Retornar é, nesta senda, uma exposição da memória do “retorno” e, por extensão, da memória do império – e da potência do seu fim – na sociedade portuguesa contemporânea. Uma memória feita de fontes históricas, testemunhos pessoais, fotografias e conceitos artísticos, convocada a partir de olhares cruzados, originários de diferentes campos da arte, da literatura, da antropologia, da história, da política, assim convidados a pensar e a refletir sobre este passado a partir do seu lastro no tempo presente.

Porque se trata de uma exposição de memória, e não de uma exposição de história, o arquivo que nela se constitui apresenta-se como uma estrutura em desenvolvimento, que jamais se fecha, antes se abre a partir do porvir, da mesma forma que a memória é feita. Voltando a Derrida, como se se celebrasse o tempo e a perda, o devir e a corrosão, não enquanto formas de uma totalidade impossível ou idealizada, mas de uma precariedade absoluta, a ser preservada no seu valor perecível; um “mal de arquivo”, assumido como potência e não apenas como aniquilamento (Derrida, 1995). Contrariando certos procedimentos arquivísticos convencionais, o arquivo assim construído nega o engessamento do passado, antes se constituindo como um projeto aberto, não impositivo, passível de inúmeras leituras e interpretações, e que, tal como a operação da memória, jamais se fechará numa configuração definitiva.

Não quer isto dizer que não se tenham feito escolhas e seleções. Toda a construção memorial implica escolhas. Escolheram-se materiais iconográficos pela sua qualidade gráfica e pelo seu valor documental, enquanto se omitiram outros que, ainda que pudessem ter a mesma qualidade e valor, podiam ser considerados ofensivos. Assumiu-se o risco de se mostrarem imagens perturbadoras, por se considerar que acrescentariam novos ângulos ao debate, enquanto outras, por vezes mais evidentes, ficaram na “gaveta” da investigação académica. Selecionaram-se documentos de acordo com os interesses de pesquisa do próprio projeto de investigação em curso e de acordo com o acesso possível às fontes. Fizeram-se ainda escolhas ideológicas, obedecendo a imperativos de





Imagem 7. Moldura da composição “Atlas” de Joana Gonçalves Oliveira.

consciência que não permitem leituras desculpabilizantes em relação ao colonialismo português.

Mas independentemente do sentido das escolhas feitas, estamos em todos os casos perante fragmentos, de verdades incompletas, provisórias e contingentes. Uma amálgama de coisas reveladoras misturadas com coisas enganadoras, de coisas visíveis e de coisas invisíveis. Não podemos pedir a estes fragmentos “toda a verdade”, como se bastassem como documentos históricos. Seguindo George Didi-Huberman, devemos antes olhar para estes fragmentos do mesmo modo como olhamos para imagens lacunares: como “acontecimentos (um processo, um trabalho, um corpo a corpo)” (Didi-Huberman, 2012:56), com as suas hesitações, com os seus silêncios com as suas “zonas cinzentas” como lhes chamou Primo Levi (Levi, 2008: 39).

A exposição Retornar não pretendeu, assim, construir uma narrativa sobre o “retorno”, mas tão-somente abrir um espaço para a inscrição deste passado, resgatando-o a esses brancos, a esses “buracos negros” de que fala José Gil, a partir da criação de um Arquivo, não só de documentos, mas também de vozes, de objetos, de imagens, de espectros, um arquivo possível, situado à escala do humano (Peralta & Oliveira, 2016). Um Arquivo de Traços; uma Exposição de Traços. Traços que se vão revelando no espaço expositivo em geometrias



Imagem 8: Pormenor de “Alheava\_Para Depósito” de Manuel Santos Maia.



Imagem 9: Instalação urbana junto ao Padrão dos Descobrimentos.

difusas, em composições imagéticas, em materialidades obtusas, em palavras soltas, silêncios e suspiros, em desvendamentos e descobertas surpreendentes, em impressões de pele.

São traços que constituem um território não icônico, lacunar, resgatado, fragmentário, feito de minúsculos pedaços de uma realidade complexa, onde as pessoas possam rever sem filtro as suas identidades estilhaçadas e onde a sociedade portuguesa possa confrontar-se com os “legados negros” do fim do império. Foi esta a ideia que esteve subjacente, por exemplo, à colocação de contentores junto ao Padrão dos Descobrimentos em Belém, e de neles fragmentar a imagem icônica do fotógrafo Alfredo Cunha tirada no mesmo local 40 anos antes, retratando o amontoado de caixotes de madeira com os bens trazidos pelos “retornados”. Tal como o Padrão dos Descobrimentos, um dos símbolos maiores de uma memória pública associada à história imperial portuguesa, também a fotografia de Alfredo Cunha ganhou com o tempo um sentido icônico, fixando uma leitura de sentido único sobre este passado. Estabelecida no centro simbólico da representação imperial da identidade nacional, na zona de Belém (Peralta, 2013), Retornar pretendeu assim estilhaçar o sentido representacional cristalizado, ora nas representações celebratórias da grandiosidade da nação imperial incorporadas na paisagem da cidade, ora nas imagens clichê de caixotes empilhados junto ao rio, as quais mantêm suspensão, congelada, indizível, a experiência humana e histórica do “retorno”.

### Vida e História

A exposição Retornar teve também a intenção de aproximar a história à vida, procurando compreender como a história do colonialismo e da descolonização foi vivida como experiência pessoal, emocional e sensorial. Tomando por base o modelo analítico que enquadra a investigação que desenvolvemos sobre o tema, e focalizando uma atenção à dimensão humana da experiência histórica, pretendemos enfatizar, junto com o antropólogo existencialista Michael Jackson, que “qualquer microcosmo social, (...) tem de ser entendido em relação ao macrocosmo cultural, linguístico, histórico, geopolítico, ou global em que está inserido” (Jackson, 2013:6). Com efeito, Retornar procurou ativamente conectar “o mundo interior com o mundo exterior” (Plummer, 2007:395), estabele-

cendo múltiplas conexões entre as pessoas e a história com o objetivo de compreender como forças sociais e quadros culturais e históricos se tornam incorporados enquanto experiência pessoal (Waterston, 2005).

O nosso objetivo não foi, porém, o de exacerbar a experiência individual em detrimento dos processos estruturais. Não pretendemos mergulhar no “eu” reflexivo ou representar as pessoas e a suas vidas como “objetos”, seja de compaixão, piedade, abuso ou ataque. A indústria do Holocausto, bem como a vasta produção editorial relacionada com a nostalgia colonial, são exemplos suficientes da crescente tendência de fetichização da experiência vivida e das muitas formas de privatização indulgente do sofrimento humano que pouco contribuem para o entendimento dos processos históricos.

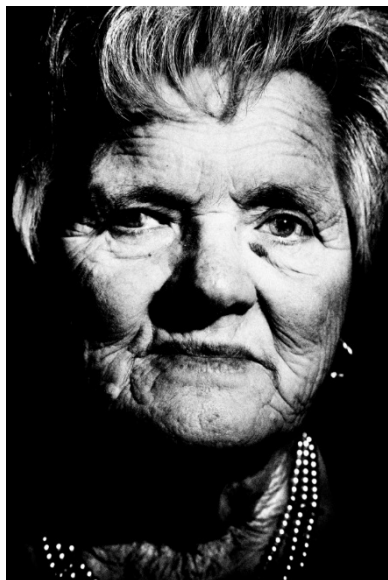


Imagem 10: “Testemunho”. Fotografia de Bruno Simões Castanheira.



Antes instámos a uma compreensão de como a história colonial foi incorporada nas experiências específicas das pessoas e, consequentemente, nos seus “mundos de vida” (Jackson, 2013:174). Isso não se basta na compilação de relatos ou na confirmação de detalhes factuais sobre acontecimentos pretéritos, pois o que pretendemos alcançar é um entendimento dos significados que as pessoas atribuem a si mesmas, às suas vidas e a processos históricos enquanto participantes e agentes nesses processos. Frequentemente estas histórias comportam por isso distorções factuais em relação ao passado tal como aconteceu. Muitas vezes determinados aspetos são exagerados; noutras vezes são omitidos. Nem por isso são mentiras, ou têm menor valor enquanto experiência histórica e social, porquanto tais omissões ou exageros continuam sendo atos de construção e transmissão da experiência e de reconstrução de identidades (Portelli, 1998).

Também não se trata de dar voz ao ponto de vista dos sujeitos da investigação, no caso, ao ponto de vista das pessoas nomeadas como “retornadas”. Não tivemos por objetivo afirmar este passado, constituindo um projeto político de reconstrução identitária. Nem temos intenções terapêuticas, de cura psicológica, ou de catarse, para libertar as pessoas do peso do passado ou acolher uma confissão. Pretendemos tão-somente criar a possibilidade da fala. Tal como observou Hannah Arendt, a maior violência que pode ser exercida contra um ser humano é privá-lo da fala: “uma vida sem fala e sem ação (...) é literalmente (uma vida)

morta para o mundo” (Arendt, 1958: 176). Criar a possibilidade de fala é, portanto, criar a possibilidade de inscrição de um discurso histórico sobre o “retorno” na vida nacional. Foi precisamente isso que pretendemos fazer a partir dos muitos fragmentos experienciais e imagéticos que emanam desta experiência.

Com Retornar pretendemos assim criar um espaço intersubjetivo capaz de acolher a possibilidade de fala a partir do reconhecimento da validade da experiência vivida, independentemente de quem a viveu estar ou não do lado certo da política (White & Strohm, 2014: 192). Um espaço onde – juntos – fazemos memória. Porque os atos de fala, para o serem, devem ter uma existência social, pois são culturalmente articulados na e para a transmissão. A exposição enfatiza, portanto, a ação da rememoração, colocando a memória fora do mundo subjetivo do indivíduo e no seio no seu contexto de transmissão, ou seja, no centro da vida social. Essa ação mobiliza não apenas a passagem do pri-



Imagem 11: “Testemunho”. Fotografia de Bruno Simões Castanheira.

vado para o público, como também a transmissão da experiência entre gerações. Por esse motivo, a exposição inclui relatos testemunhais de pessoas que viveram diretamente a experiência do “retorno” junto com relatos de pessoas que, pela sua juventude, apenas viveram essa experiência de forma diferida, mas que ainda assim a incorporaram em sentimento, em gestos, em “mundos de vida”. Não como uma pós-memória ou uma segunda vida, como a concebeu Marianne Hirsch (1997), mas como uma vida própria, a partir da vida que lhes foi legada (Peralta & Oliveira, 2016).

O contexto performativo da exposição, sobretudo mas não exclusivamente a secção “Testemunho”, favorece assim uma relação de intimidade com a história. Uma intimidade de si para si e de si com os outros, onde se podem ouvir

os nascimentos e as mortes, a culpa própria e a culpa alheia, as conquistas e as falências perante a vida e os engodos da história. Mas um testemunho é também uma ausência, balbuciada em atropelo pela voz daqueles a quem se convoca a fala.



Imagem 12: Espaço expositivo de Retornar – Traços de Memória na Galeria Av. da Índia, Lisboa.

No espaço vazio que ocupou grande parte da área expositiva, emanam formas paradoxais, que se evidenciam pelos muitos silêncios, contradições e conflitos internos que a vida e a história frequentemente expõem. Para então se reclamar uma pertença, um sentido, uma identidade.

### **Imaginação, representação e afeto**

Na exposição Retornar quisemos ainda dar conta da vitalidade do trabalho da imaginação no fazer da própria memória. Porque para que a fala se faça memória, é preciso que a imaginação componha em lembrança a experiência do que foi vivido. Para que tal aconteça, tem de haver um desprendimento da tarefa do historiador – aquele que colige os factos da história emprestando-lhes uma sequência linear. O passado a que aludimos é um passado não literal. É um passado liberto do ato de representação, um passado que nada representa. Antes se basta na sua evidência imponderável (Peralta & Oliveira, 2016), fazendo-se presente pela matéria através da qual se dá a conhecer. Uma fotografia tirada de um álbum de família; um objeto decorativo; uma recordação íntima; um silêncio que intermeia a fala. Um passado que é matéria-bruta, que não se pensa, pois encontra-se do lado do sentimento e dos afetos, feito de tons, gestos, e subtilidades de olhar. E, finalmente, um passado que traz em si o tempo que passou (Didi-Huberman, 2012), fazendo reconhecer a distância entre o vivido e o lembrado, entre o aqui e o lá. Nem evocação nem mimese: tão-somente rememoração (Gagnebin, 2006). Daí termos escolhido designar esta exposição com o título Retornar. Embora sabendo bem que “retorno” e “retornado” são termos social e politicamente contestados, rejeitados inclusivamente por aqueles que são os sujeitos desta pesquisa. Ainda assim escolhemo-lo. Porque Retornar, assim colocado intencionalmente na sua forma verbal, é apelar à presença desse passado





Imagem 13: Pormenor de “Alheava\_Para Depósito” de Manuel Santos Maia.



Imagem 14. Moldura da composição “Atlas” de Joana Gonçalo Oliveira.

em falta, para sobre ele agir no presente.

Retornar, tanto nos seus diferentes núcleos bem como na instalação de contentores junto ao Padrão dos Descobrimento, convida os participantes a registar esta sensação de tempo passado a partir da revelação da contingência muda dos seus traços e fragmentos. As peças documentais que se mostram no “Arquivo”, as fotografias que compõem o “Atlas”, as vozes que se acumulam no “Testemunho”, os objetos que se dispõem em mostruário no “Depósito”, as frases atiradas para dentro dos contentores vazios, dramatizam a impossibilidade de aceder a toda a verdade sobre o passado. São apenas repetições artefatuais de um passado que nunca mais poderá repetir-se existencialmente. Pois como bem observou Henri Bergson, “a matéria não se lembra do passado; repete-o constantemente” (Bergson [1896], 1991: 223). Tais materializações fragmentárias do passado não significam o passado; elas são o passado. O passado que vive incorporado nas evidências materiais que são presentes a nós a cada momento e que, como tal, são a prova inerte e muda do seu acontecimento.

As opções curatoriais da exposição Retornar traduzem desta feita uma atenção epistemológica para o domínio do “incorporado e do vivido” (Chakrabarty, 2002:9), considerando a experiência museológica como uma experiência total – “física, multissensorial, estética, emocional, imersiva” (Dudley, 2010:2) – e não apenas uma experiência mental ou analítica. Neste sentido, a história é intencionalmente mediada no espaço expositivo pelos próprios objetos e não por informações. Por outras palavras, o conhecimento histórico é primeiro acedido pela visualização de objetos e pelas suas características materiais e estéticas, sem qualquer tipo de mediação textual, deixando o visitante livre de fazer as suas interpretações. Com efeito, para além dos textos de sala que apresentam genericamente cada um dos núcleos da exposição, não existem outros textos que permitam ler a mostra. Grande parte da exposição é inclusivamente feita sem recurso a legendas. Objetos, fotografias, testemunhos são mostrados sem identificação de proveniência ou de contexto temporal ou geográfico.

Com exceção do núcleo “Arquivo”, onde existe tempo histórico, todos os demais núcleos são apresentados sem sequência temporal ou delimitação geográfica. Ademais, frequentemente por recurso à arte, ou a artifícios estéticos, a narrativa histórica é desfocada, sem qualquer aspiração de coerência, assim evitando sistematizar a narrativa expositiva numa qualquer versão única da história. Mas sabemos bem que a artefactualização do

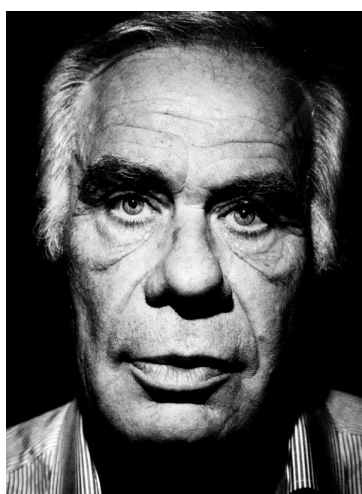


Imagem 15: “Testemunho”. Fotografia de Bruno Simões Castanheira.

passado, pela sua habilidade para sincronizar o tempo histórico e colocá-lo no eterno presente da fascinação objetual, é uma forma habilidosa de despolitizar o campo social (Thrift, 2004: 64). Não foi isso que pretendemos fazer. Pelo contrário, ao optarmos por esquemas expositivos menos interpretativos, numa linguagem que privilegiou a comunicação entre as artes e a investigação social, pretendemos chamar os objetos a agir, inserindo-os num sistema de relações sociais muito específico no seio do qual o “retorno” mantém, pelas razões que enunciámos antes, uma resistência à representação. É precisamente por esse motivo que devemos recordar essa experiência, devemos retornar, não para celebrar o passado, nem para o resgatar, e muito menos

para o rever. Mas para sermos presentes à pesada herança dessa história que ficou por contar, com os seus afetos, gestos e hábitos, com os seus sistemas de relação, com a sua violência e barbárie, com as suas inocências coniventes e com os seus falsos paternalismos. Para, a partir dessa presença, confrontarmos a versão idealizada de nós mesmo que julgávamos ser e assumir total responsabilidade pelos traumas históricos de que participámos.

Tal não implica “banalizar” a história ou a ação dos homens. A violência do colonialismo, as formas hediondas de exploração racial, a subjugação do homem pelo homem, a violência de género, todos os males do colonialismo, sem exceção, são males indisputáveis. Voltamos a Primo Levi: a zona cinzenta não pode ser “o suficiente para confundir a nossa necessidade de julgar.” (Levi, 2008: 39). Rememorar é também convocar a natureza transformadora do passado no presente; também é construir história. Para isso é preciso olhar sem medo, de frente e no fundo dos olhos, como o fazem os rostos testemunhais retratados por Bruno Simões Castanheira, a presença da pesada herança do colonialismo português, e a partir daí agir para modificar o nosso presente.

### Em jeito de balanço

O projeto expositivo que aqui se descreveu e analisou é um projeto inacabado e imperfeito. Tal como inacabada e imperfeita é qualquer operação de memória. O seu objetivo foi apenas o de constituir-se como um ato memorial, um acontecimento, no espaço público chancelado pelas instituições do estado – neste caso a Câmara Municipal de Lisboa. Não teve o objetivo de fazer a memória toda do evento do “retorno”. Além do mais, tratando-se de um projeto expositivo realizado no âmbito de uma investigação em curso, este ato memorial será procedido por atos subsequentes, os quais, no seu conjunto, pretendem constituir um corpo de conhecimento amplo sobre este tema.

Assumindo a sua incompletude, esta experiência de curadoria teve um carácter experimental, não só no que toca à questão da tradução do aparato conceptual aqui descrito para o domínio mais amplo da esfera pública, mas também relativamente à experiência de se ser não apenas agente de investigação académica, mas também agente de construção de memória. Afora as questões éticas e de responsabilidade civil suscitadas pela construção memorial, neste papel estão também em causa questões de transacionalidade com o público que não se colocam na investigação académica “pura”.

Destoando dos formatos expositivos mais convencionais, e ainda por cima tratando-se de um tema difícil capaz de atrair reações acaloradas por parte do público, a exposição recebeu reações muito diversas. De uma forma geral, a comunicação social recebeu a iniciativa com uma crítica muito favorável – demasiado favorável até, tendo em conta o objetivo a que nos propusemos de criar um espaço para o debate sobre este tema na sociedade portuguesa. Embora o público não tivesse aderido em massa, a exposição foi muito visitada. Famílias de várias gerações deslocavam-se em grupo ao espaço, numa clara disposição para a partilha intergeracional da experiência de recordar. Essa disposição foi, com efeito, o aspeto mais marcante do ponto de vista da transação com o público. Por várias vezes, testemunhos espontâneos interromperam as visitas comentadas, revelando a necessidade de se exprimir, resgatar e legitimar memórias. Mas foram também muitos os que no livro de comentários da exposição expressaram a sua desilusão, considerando que a exposição não teve a dimensão necessária. Foram também muitas as críticas dirigidas à inclusão no “Atlas” de al-

gumas fotografias que expõem cruamente os aspetos negativos do colonialismo português, tantas vezes colocadas ao lado de outras representando vivências banais do quotidiano em África, desta feita traindo o sentido representacional cristalizado que esta população detém sobre esta experiência histórica. Para muitos, a inclusão de tais imagens seria prova da “má vontade” dos organizadores da exposição em relação ao tema, evidenciando os ressentimentos que ainda se guardam no seio desta população.

Não fazendo a memória toda sobre o tema do “retorno” ou sobre as “heranças difíceis” do passado colonial português, a exposição Retornar – Traços de Memória conseguiu, em muitos instantes ao longo do tempo em que esteve patente, criar partilha, rejeição, comoção, impressões de pele, desconfortos e encontros. E isso foi o melhor que pudemos fazer.

## Referências

- Agamben, Giorgio. *O Poder Soberano e a Vida Nua - Homo Sacer*. Lisboa: Editorial Presença, 1998.
- Anderson, Benedict. *Imagined Communities*. London & New York: Verso, 1983.
- Arendt, Hannah. *Human Condition*. Chicago: University of Chicago Press, 1958.
- Bergson, Henri. *Matter and Memory*. New York: Zone. [1896] 1991.
- Cardoso, Dulce Maria. *O Retorno*. Lisboa: Tinta da China, 2011.
- Castelo, Cláudia. *Passagens para África: o Povoamento de Angola e Moçambique com naturais da Metrópole (1920-1974)*. Porto, Edições Afrontamento, 2007.
- Chakrabarty, Dipesh. *Museums in late democracies*. *Humanities Research* 9(1): 5-12, 2002.
- De L'Etoile, B. *The past as it lives: an anthropology of colonial legacies*, *Social Anthropology*, 16 (3): 267-279, 2008.
- Derrida, Jacques, *Mal d'archive: une impression freudienne*. [Tradução Cláudia do Rego Monteiro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.] Paris: Galilée, 1995.
- Didi-Huberman, George, *Imagens apesar de Tudo*. Lisboa: KKYM, 2012.
- Dudley, Sandra. H.. *Museum materialities: objects, sense and feelings*. In *Museum Materialities*. London: Routledge, p. 1-17, 2010.
- Figueiredo, Isabela. *Caderno de Memórias Coloniais*. Coimbra: Angelus Novus, 2009.
- Gagnebin, Jeanne Marie. *Lembrar, Escrever, Esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- Gil, José. *Portugal Hoje – Medo de Existir*, Lisboa: Relógio D'Água, 2005.
- Gil, José. 2007. *Portugal e a síndrome de Liliput*. In *Trópico*, <http://www.revista-tropico.com.br/tropico/html/textos/2845,1.shl>. Publicado em 2/4/2007. Consultado em 14/5/2015.
- Góis, Bruno. *Retornar à pergunta 'O que faz partir as gentes?'*. In *Retornar: Traços de Memória do Fim do Império*. Lisboa: Edições 70, 2017.
- Handler, Richard & Gable, Eric. *The New History in na Old Museum: Creating the Past at Colonial Williamsburg*. Durham and London: Duke University Press: 1997.
- Hirsch, Marianne *Family Frames: Photography, Narrative and Postmemory*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1997.
- Jackson, Michael. *Lifeworlds: Essays in Existential Anthropology*. Chicago: The



University of Chicago Press, 2013.

Kalter, Christoph. 2017. Gente pós-colonial: quem eram os retornados? In *Retornar: Traços de Memória do Fim do Império*. Lisboa: Edições 70.

Levi, Primo, *Os que Sucumbem e os que se Salvam*. Lisboa: Teorema, 2008.

Lourenço, Eduardo. *O Labirinto da Saudade: Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.

Lubkemann, Stephen C. The moral economy of Portuguese postcolonial return, *Diaspora*, 11(2): 189-213, 2002.

Lubkemann, Stephen C. The moral economy of non-return among socially-diverted migrants from Portugal and Mozambique. In *Migration and Economy: Global and Local Dynamics*. Society for Economic Anthropology Monographs. New York: Altamira Press, 2005.

Macdonald, Sharon. *Difficult Heritage. Negotiating the Nazi Past in Nuremberg and Beyond*. Routledge. London & New York, 2009.

Peralta, Elsa. Fictions of a creole nation: (re) presenting Portugal's imperial past. In *Negotiating identities: constructed selves and others*. Amsterdão, Nova Iorque: Rodopi, p. 193-217, 2011.

Peralta, Elsa. A composição de um complexo de memória imperial: O caso de Belém, Lisboa. In *Cidade e Império: Dinâmicas Coloniais e Reconfigurações Pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, p. 361-407, 2013.

Peralta, Elsa & Oliveira, Joana. Pós-memória como herança: fotografia e testemunho do 'retorno' de África. *Configurações*, 17: 181-197, 2016.

Peralta, Elsa, Góis, Bruno & Oliveira, Joana (orgs.), *Retornar: Traços de Memória do Fim do Império*. Lisboa: Edições 70, 2017.

Pires, Rui Pena. *Os Retornados: Um Estudo Sociográfico*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1984.

Plummer, Ken. The call of life stories in ethnographic research. In *Handbook of Ethnography*. Londres: Sage, p. 395-406, 2007.

Portelli, Alessandro. What makes oral history different? In *The Oral History Reader*. Londres: Routledge, p. 63-74, 1998.

Rosas, Fernando, Machaqueiro, Mário & Oliveira, Pedro Aires. *O Adeus ao Império: 40 anos de Descolonização Portuguesa*. Lisboa: Nova Veja, 2015.

Savarese, Eric. After the Algerian war: reconstructing identity among the Pieds-noirs. *International Social Science Journal*, 58 (189): 457-466, 2006.

Thrift, Nigel. Intensities of Feeling: Toward a Spatial Politics of Affect. *Geografiska Annaler* 86B(1): 57-78, 2004.

Tunbridge, John E. & Ashworth. Gregory John. *Dissonant Heritage: the Management of the Past as a Resource in Conflict*. Chichester: John Wiley and Sons, 1996.

Waterston, Alisse. The story of my story: an anthropology of violence, dispossession, and Diaspora, *Anthropological Quarterly*, 78 (1): 43-61, 2005.

Williams, Paul. *Memorial Museums: The Global Rush to Commemorate Atrocities*. Oxford: Berg, 2007.

White, Bob W. & Strohm, Kiven. Preface: ethnographic knowledge and the aporias of intersubjectivity. *Hau: Journal of Ethnographic Theory*, 4(1): 189-197, 2014.

Zerubavel, Eviatar. *The Elephant in the Room: Silence and Denial in Everyday*